



O PODER DOS “CABEÇAS DO CONGRESSO”: A AMBIÇÃO POLÍTICA E AS CHANCES ELEITORAIS DOS PREMIADOS DO DIAP

THE POWER OF “HEADS OF CONGRESS”: STUDY ON POLITICAL AMBITIONS AND ELECTORAL CHANCES OF DIAP’S AWARDS

EL PODER DE LOS "CABEZAS DEL CONGRESO": ESTUDIO SOBRE LA AMBICIÓN POLÍTICA Y LAS CHANCES ELECTORALES DE LOS PREMIADOS DEL DIAP

Nilton Sainz¹
Adriano Codato²
Gabryela Gabriel³
Victor Miranda⁴

Resumo: O artigo analisa os deputados federais brasileiros eleitos em 2014 com foco nos “Cabeças do Congresso”, isto é, naqueles parlamentares indicados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) como os mais atuantes na 55ª legislatura (2015-2018). Considerando o mapeamento elaborado pelo DIAP como um indicador indireto de relevância e de influência no Legislativo, este estudo investiga primeiramente a relação entre ser ou não ser um “Cabeça” do Congresso Nacional e a ambição política do deputado (se progressiva, estática ou regressiva) e, em seguida, se esse maior capital político se traduz em vantagens competitivas nas disputas eleitorais subsequentes (2016, 2018 e 2020). Testes de independência Qui-Quadrado mostraram que há associação entre tipo de ambição e capital político nas eleições gerais de 2018 ($p < 0,001$) e municipais de 2020 ($p < 0,031$), mas não nas eleições municipais em 2016 ($p < 0,450$). Os testes de risco relativo e razão de chance revelaram que não há efeito positivo entre ser classificado como uma liderança política do Congresso Nacional e bom desempenho eleitoral para o grupo estudado.

Palavra-chave: Ambição Política; Sucesso Eleitoral; Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; Câmara dos Deputados; Poder Legislativo.

Abstract: The paper analyzes Brazilian federal deputies elected in 2014 and rewarded as "Heads" of Congress, i.e., those congressmen indicated by the Intersyndical Department of Parliamentary Assistance (DIAP) as the most active in the 55th legislature in Brazil (2015-2018). Considering DIAP's awards as an indirect indicator of relevance and influence in the Legislature, this study investigates the relationship between being or not a "Head" of the National Congress and the political ambition of the deputy (whether progressive, static or regressive) and then if this political capital becomes into competitive advantages in subsequent electoral contests (2016, 2018 and 2020). Chi-square independence tests showed that there is an association between ambition type and political capital in the 2018 general election ($p < 0.001$) and 2020 municipal election ($p < 0.031$), but not in the 2016 municipal election ($p < 0.450$). Relative risk and odds ratio tests revealed that there is no positive effect between being classified as a congressional political leader and good electoral performance for the group under analysis.

¹ Doutorando em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, bolsista CAPES. Email: sainznilton@gmail.com

² Professor de Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, pesquisador do CNPq. E-mail: adriano@ufpr.br

³ Mestranda em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná. Email: gabryelasantos@hotmail.com

⁴ Professor de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e pesquisador do Leibniz Institute for the Social Science. E-mail: victor.miranda@ufms

Keywords: Political Ambition; Electoral Success; Political Capital; Chamber of Deputies; Legislative Branch.

Resumen: El artículo analiza los diputados federales brasileños electos en 2014 con el enfoque en los “Cabezas del Congreso”, o sea, en los parlamentares indicados por el Departamento Intersindical de Asesoría Parlamentaria (DIAP) como los más actuantes en la 55ª legislatura (2015-2018). Considerando el mapeo elaborado por el DIAP como un indicador indirecto de relevancia y de influencia en el Legislativo, dicho estudio investiga primeramente la relación entre ser o no ser un “Cabeza” del Congreso Nacional y la ambición política del diputado (si es progresiva, estática o regresiva) y, mas allá, si este mayor capital político se traduce en ventajas competitivas en las disputas electorales subsecuentes (2016, 2018 y 2020). Test de independencia Qui-cuadrado mostraron que hay asociación entre el tipo de ambición y el capital político en las elecciones generales de 2018 ($p < 0,001$) y municipales de 2020 ($p < 0,031$), pero no en las elecciones municipales de 2016 ($p < 0,450$). Los tests de riesgo relativo y la razón de posibilidades revelaron que no hay efecto positivo entre ser clasificado como un liderazgo político del Congreso Nacional y buen desempeño electoral para el grupo estudiado.

Palabras clave: Ambición Política; Éxito Electoral; "Cabeza del Congreso"; DIAP; Poder Legislativo.

1 Introdução

Parlamentares que buscam reeleger-se estão sempre empenhados em comunicar suas iniciativas orçamentárias e conquistas de benefícios a seus eleitores (MAYHEW, 1974). Diante das incertezas da carreira política, é desejável, para o parlamentar que ambiciona manter-se no cargo, promover sua atuação não somente pelos benefícios materiais que pode levar à sua base eleitoral, mas também através da divulgação de premiações e distinções que aumentam seu capital político. No Brasil, sabe-se que o comportamento regular dos parlamentares é pela reeleição (PEREIRA; RENNÓ, 2001, 2007). Ao mesmo tempo, o carreirismo político é complexo. Há alta circulação entre os cargos eletivos no país, indicando carreiras dinâmicas, não lineares e com idas e vindas entre uma posição política e outra, tanto no Legislativo como no Executivo, para sobreviver eleitoralmente (BORCHERT, 2011; CORRÊA, 2016; LIMA, Iana Alves de, 2017; PEGURIER, 2009; PINTO, 2012; SANTOS, 1999; SANTOS; PEGURIER, 2011)

Este artigo busca compreender a relação entre ser classificado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) como parlamentar influente e atuante (“Cabeça do Congresso”) e suas ambições e chances políticas futuras. Analisamos as pretensões eleitorais dos deputados federais eleitos em 2014 para a 55ª legislatura (2015-2018) e comparamos aqueles não classificados como deputados de destaque com os classificados pelo DIAP. A ideia aqui é saber se o fato de ser um parlamentar com maior status e/ou grande protagonismo está associado ou não a benefícios eleitorais em disputas subsecuentes. Especificamente, pretendemos responder se as assimetrias de poder dentro da Câmara dos Deputados, medidas através da distinção feita pelo DIAP, podem ser associadas às estratégias de carreira (ambições) e aos desfechos eleitorais (sucessos ou insucessos) desses parlamentares.

Desde 1983, o DIAP é considerado referência no monitoramento do perfil e das ações da elite parlamentar. O Departamento publica desde 1994 o relatório “*Os Cabeças*” do Congresso Nacional. Em todas as legislaturas (em 2021 estamos na 28ª edição), são monitoradas as escolhas

para comissões, cargos de lideranças partidárias e posições nas mesas diretoras na Câmara e no Senado que permitem destacar os 100 legisladores mais influentes do ano. Para fornecer informações aos movimentos sociais sobre quem são os atores mais atuantes e importantes, o relatório identifica e classifica os operadores chave do processo legislativo a partir de critérios posicionais, reputacionais e decisoriais (DIAP, 2020)⁵.

O Departamento classifica como “Cabeças do Congresso”, os deputados federais e os senadores que possuem certas habilidades que os distinguem de seus pares. Os protagonistas do processo legislativo⁶ se destacam por serem hábeis na condução de debates e negociações, na leitura da realidade política e na elaboração e repercussão de suas propostas. Trata-se do parlamentar que “isoladamente ou em conjunto com outras forças, é capaz de criar seu papel e o contexto para desempenhá-lo” (DIAP, 2020, p. 10).

Diante disso, utilizamos esse mapeamento classificatório como *proxy* de “capital político” para separar e hierarquizar os 513 deputados que serviram entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2019. Por capital político entendemos a capacidade que um ator tem de organizar e influenciar o processo legislativo, formular iniciativas, intervir no debate público e formular pactos políticos. Isso permite destacar-se dos demais.

O estudo pretende testar duas hipóteses:

H1: *Quanto maior o capital político (medido pela classificação “Cabeças do Congresso” do DIAP), maiores serão as ambições políticas dos parlamentares.*

H2: *O fato do parlamentar ser considerado um “Cabeça do Congresso”, pelo DIAP, indica melhores chances políticas de sucesso eleitoral em eleições subsequentes.*

O artigo está estruturado em quatro seções: a seguir, fazemos uma breve revisão sobre os estudos de ambição política na literatura e sobre ambição no Legislativo brasileiro (seção 2); na seção 3, listamos os métodos e procedimentos de teste de hipóteses e descrevemos as variáveis e fontes dos dados; na seção 4 apresentamos os resultados e discutimos as evidências encontradas; nas conclusões, retomamos as duas hipóteses formuladas para verificar se elas podem ou não ser verificadas.

2 Ambição política

Escolhas de carreira são uma das dimensões em análise sobre a classe política. Elas vão além da lógica individual, permitindo, através desse tipo de evidência, uma análise mais ampla

⁵ O DIAP adota critérios qualitativos e quantitativos na classificação e definição dos nomes que lideram o processo legislativo. O método posicional, caracterizado pelo vínculo formal ou posto hierárquico ocupado pelo parlamentar na estrutura da Câmara dos Deputados; o reputacional, que considera a percepção que deputados e senadores, assessores, jornalistas, cientistas e analistas políticos têm sobre esses políticos; e o decisoriais, que estima a capacidade de liderar e influenciar efetivamente as atividades legislativas.

⁶ “É entendido como algo além dos procedimentos formais de elaboração, apresentação e deliberação de leis no âmbito do Poder Legislativo. Ele, neste particular, precede e extrapola essas fases da tomada de decisão no rito de tramitação do Congresso Nacional para alcançar a influência da sociedade, das organizações e dos demais poderes interessados na formulação e conclusão das negociações que antecedem a institucionalização das leis” (DIAP, 2020, p. 10 nota 1).

do universo político. Para Schlesinger (1966), movimentos entre cargos eletivos permitem até mesmo descrever o arranjo de sistemas políticos específicos. São tanto as regras como as estruturas de oportunidades de um dado sistema político que possibilitam ou conduzem as carreiras políticas.

Em sua investigação sobre governadores e senadores norte-americanos, Schlesinger (1966) percebeu a existência de padrões nas movimentações entre os cargos nos Estados Unidos. Devido à hierarquia bem estabelecida de posições políticas e a estrutura de oportunidades desse sistema de cargos, as movimentações entre eles tendiam a ser unidirecionais e previsíveis. Assim é possível identificar quatro tipos de ambição política. A ambição progressiva marca aquelas escolhas de carreira que representam movimentos para cima, como ir do legislativo municipal para o legislativo estadual e do estadual para o federal. A ambição regressiva é o oposto da progressiva. A ambição estática representa o desejo de reeleger-se, ou seja, permanecer no cargo que ocupa. Já ambição discreta significa desistência da competição política após o mandato.

A partir dessa investigação pioneira, diversos estudos importantes sobre o tema surgiram ao longo dos anos 1970 (BLACK, 1972; MAYHEW, 1974; ROHDE, 1979). Para Mayhew (1974), por exemplo, os parlamentares são orientados pelo objetivo da reeleição e isso é determinante para entender seus comportamentos dentro do Poder Legislativo. Considerando as carreiras longevas no Legislativo norte-americano, Mayhew argumenta, com base na ideia de conexão eleitoral, que os parlamentares motivados pela reeleição buscam estratégias como realocação de recursos, tomada de decisões e *marketing* com a finalidade de manterem-se sempre conectados a seus eleitorados.

A análise do desempenho parlamentar atrelado aos aspectos de institucionalização ganha fôlego a partir dos anos 1980 (COOPER; BRADY, 1981). Fiorina (1989) dedicou-se a compreender as transformações relacionadas à institucionalização das carreiras legislativas nos Estados Unidos observando a profissionalização de congressistas interessados na reeleição.

Analisando a literatura que relaciona ambição política e conexão eleitoral, Carson e Jenkins (2011) argumentaram que o enfraquecimento dos partidos políticos torna a teoria de Mayhew (1974) mais aplicável ao período contemporâneo, onde congressistas usufruem, em parte, de maior independência e autossuficiência na competição política. A criação de estruturas institucionais nos Legislativos (como cargos de comissões ou subcomissões, posições de relatorias etc.) também ajudam a condicionar as carreiras, visto que os legisladores, ao assumirem posições mais importantes, se tornam mais profissionais e esse carreirismo aumenta as chances de reeleição.

Acerca da institucionalização de carreiras no poder Legislativo norte-americano, Hibbing (1991) demonstra que parlamentares com maior experiência em número de mandatos (*seniority*) tornam-se mais operantes no processo legislativo, o que permite conquistar cargos de destaque na instituição. Ele demonstra que a carreira no congresso americano passava por uma fase de

especialização por parte dos seus membros e uma nítida capacidade de desempenho eleitoral desses *incumbents*, que eram mais ágeis na aprendizagem das normas legislativas, não sendo esse, porém, um fenômeno generalizável a todos os contextos nacionais (OPELLO, 1986).

Ao investigar os potenciais ganhos da profissionalização política no momento da reeleição Berry e seus colaboradores assinalam que legislaturas mais profissionalizadas e nível de profissionalismo político significam maiores probabilidades de reeleição, reduzindo os efeitos externos na competição legislativa (como pertencer ou não à coalizão governante). Para esses autores, legisladores profissionais buscam reduzir as incertezas eleitorais através dos recursos disponíveis em uma legislatura (BERRY; BERKMAN; SCHNEIDERMAN, 2000).

Na literatura sobre o caso brasileiro, Samuels (2003) diagnosticou, no início do atual ciclo democrático, alto índice de renovação na Câmara dos Deputados aliado a baixa capacidade de consolidação das carreiras políticas. Foram analisados os custos e benefícios nas escolhas feitas pelos deputados e o padrão na Câmara dos Deputados seria a ambição progressiva rumo a cargos do Executivo estadual (governador) e municipal (prefeito), onde há mais recursos e maior poder decisório. Nesse sentido, a reeleição ao cargo de deputado federal não é prioridade para aqueles parlamentares com mais prestígio e influência na Casa, pois eles possuiriam, justamente, mais recursos ou capital político para tentar cargos mais elevados.

O baixo poder de retenção de carreiras na Câmara dos Deputados (SAMUELS, 2003) passa então a orientar a agenda de pesquisa no país. Anteriormente, Santos (1999) já havia argumentado que uma das causas para explicar a baixa institucionalização da Câmara dos Deputados brasileira foi o regime ditatorial-militar. Ele enfraqueceu o poder decisório dos Legislativos e o próprio sistema político brasileiro também incentivava a alta circulação da classe política entre postos eletivos, causando um efeito “zigue-zague” de um cargo a outro, pois os atores buscavam reduzir os custos e riscos eleitorais da profissão política, permitindo, em especial para aqueles que estavam em final de mandatos ou ameaçados por possíveis derrotas, optar por novas posições (SANTOS, 1999).

Leoni, Pereira e Rennó (2003) contrariaram a tese de Samuels (2003) argumentando que parlamentares considerados fracos ou de pouco prestígio na Câmara dos Deputados não optavam pela reeleição, mas sim pela ambição regressiva, tentando cargos menores na hierarquia política e, ao menos em teoria, mais fáceis de serem obtidos. Além disso, os autores descobriram um percentual elevado de parlamentares federais que buscavam a reeleição. A aposta em cargos mais altos (ambiçao progressiva) só era feita quando esses avaliavam possuir boas chances de sucesso eleitoral.

Pereira e Rennó (2001) contribuem para entender os determinantes a lógica embutida nos cálculos da reeleição na Câmara dos Deputados. A estratégia principal é acessar recursos e distribuí-los, visando beneficiar interesses de localidades específicas no nível local, visto que há uma parcela de parlamentares orientados para agendas mais amplas, de temas nacionais, que não

tiram proveito disso. Existiria uma desconexão entre atuação parlamentar e sucesso eleitoral, exceto para aqueles que levassem benefícios para suas bases. Pereira e Rennó (2013) relataram que a taxa de reeleição para a Câmara dos Deputados girou, entre 1998 e 2010, acima de 70%, sendo essa a escolha principal e mais vantajosa dos incumbentes, o que já vinha sendo confirmado por investigações anteriores (SANTOS; PEGURIER, 2011). Segundo Pereira e Rennó, os parlamentares brasileiros estão dispostos a tentar a reeleição devido à maior possibilidade de sucesso eleitoral, e não devido ao poder potencialmente acumulado pelo cargo. Essas vantagens identificadas para os incumbentes seguem sendo reforçadas em investigações mais recentes (SILVA-JÚNIOR et al., 2019).

Achados importantes como os de Santana (2008), Borchert (2009, 2011) e Santos e Pegurier (2011) enfatizaram a alta circulação dos parlamentares em cargos eletivos. Santana (2008) chama essa alternância entre cargos do Legislativo e Executivo de “ambição dinâmica”, nem objetivo, nem direção previsível da carreira política no país. Santos (2010) e Santos e Pegurier (2011) enfatizaram a alta competitividade do sistema político brasileiro e destacaram a importância da Câmara dos Deputados na carreira política.

Considerando o sistema político brasileiro como um *multi-level system*, Borchert analisa os padrões de carreira política através das velocidades dos movimentos de carreiras (frequências), da direção dos movimentos (postos políticos) e das interações institucionais (níveis de governo). Para Borchert (2009), o sistema político brasileiro possui um padrão integrado de carreira, o que na prática significa não haver uma hierarquia bem definida de postos políticos eletivos e uma única direção para os movimentos, resultando em alta frequência de candidaturas. Uma das razões disso é alta incerteza eleitoral, somado ao alto número de cargos atrativos e com regras que possibilitam disputar um cargo sem perder o mandato de outro em eleições não simultâneas (para o Executivo municipal e o Legislativo federal, por exemplo).

Estudos mais recentes consideraram as peculiaridades do sistema multinível brasileiro. Lima (2017) trouxe evidências da alta frequência de movimentos de carreira entre 1995 e 2015, sem uma única direção ou em busca de um espaço de poder específico. Além disso, a investigação apontou uma alta taxa de indivíduos que retornam à Câmara dos Deputados após a passagem por outros cargos, sinalizando a adequação da descrição das trajetórias como um movimento de tipo “zigue-zague”. Além disso, há que se considerar na equação as variações nos padrões de carreira de acordo com a competitividade de cada estado da federação e o tamanho das votações obtidas. Candidatos mais bem votados possuem maiores probabilidades de buscarem cargos mais altos ou reeleição (COSTA, 2018).

Em outra contribuição recente, Corrêa (2016) investigou a sobrevivência eleitoral dos deputados estaduais brasileiros. Segundo o autor, são fortes as evidências que comprovam que as conexões eleitorais dos deputados agenciam antecipadamente as escolhas de carreiras disponíveis na estrutura de oportunidades. A tipologia proposta por Corrêa (2016) para os padrões espaciais

de voto acaba contribuindo para a compreender a conexão entre os tipos de ambições políticas e os redutos eleitorais disponíveis para os legisladores.

Em relação à alta circulação entre cargos e à possibilidade de deputados federais lançarem candidaturas no meio dos mandatos, Pinto (2012) revelou que entre 1992 e 2008 uma média de aproximadamente 20% dos deputados federais lançavam candidaturas às prefeituras no meio do mandato legislativo, obtendo uma média de sucesso de 24%. Ainda em relação à candidatura na metade dos mandatos, Graça e Souza (2014) trazem evidências de que deputados que disputam eleições municipais possuem melhores resultados em reeleições para a Câmara dos Deputados, possivelmente porque entrar nessas corridas é uma forma de aumentar a visibilidade dos parlamentares.

Analisando o desempenho de deputados federais paulistas entre 1991 e 2011, Mancuso e colaboradores (2013) fizeram um acréscimo importante a esse debate. Eles demonstraram que capital eleitoral e valores reputacionais estão atrelados aos determinantes de escolhas de carreiras e favorecem a reeleição dos parlamentares. Também consideraram os deputados “Cabeças” do Congresso e evidenciaram, para o caso paulista, que aqueles considerados influentes no relatório do DIAP, com votações expressivas em eleições anteriores e fidelidade aos seus partidos, são mais bem-sucedidos nas tentativas de reeleição.

Ainda contribuindo para esse debate no Brasil, Lima et al. (2018) sugeriram que parlamentares ambiciosos possuem similaridades com os demais em termos de profissionalização política, considerando experiência, cargos e tempo no partido. Entretanto, a pequena amostragem (142 casos) para apenas uma legislatura não permite conclusões definitivas acerca desse assunto.

Com isso, compreendemos que na literatura a experiência e especialização no Legislativo constituem partes fundamentais da carreira legislativa. Junto a isso, os modos de atuação e a conexão eleitoral com as bases também completam esse conjunto de circunstâncias. No caso brasileiro, ficam nítidos alguns desses aspectos, como tendências e estratégias que visam a ambição estática. Entretanto, particularidades acerca do peso de fatores reputacionais, como ser uma liderança de destaque no próprio Legislativo, ainda não foram testados suficientemente.

3 Delineamento da pesquisa, materiais e método

Através do banco de dados de Deputados Federais de 1998-2018 do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, selecionamos os eleitos em 2014 para 55ª legislatura. Por meio dos documentos *Os “Cabeças” do Congresso Nacional: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes* do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar publicados entre 2015-2018, mapeamos os parlamentares destacados durante a legislatura 2015-2019. Por fim, consultando os bancos de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizamos a coleta das escolhas de carreiras dos deputados federais eleitos em 2014, assim como seus respectivos resultados eleitorais (eleito/não eleito) em cada competição disputada em 2016

(municipal), 2018 (nacional) e 2020 (municipal). Na Tabela 1, apresentamos o universo da investigação.

Tabela 1— Universo e número de observações em análise da 55ª. legislatura (2015-2019)

Número de deputados eleitos em 2014	Número de deputados premiados pelo DIAP (2015-2018)	Número de observações de escolhas de carreiras e sucesso eleitoral (eleições de 2016, 2018, 2020)
513	87	1.539

Fonte: Elaborado pelos autores com base em banco de dados do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil (2018), DIAP (2015, 2016, 2017, 2018) e TSE (eleições 2016, 2018, 2020).

No Quadro 1, apresentamos o conjunto de variáveis e uma breve descrição do modelo de análise.

Quadro 1 - Variáveis selecionadas no modelo

variável no modelo	variável	categorias e medidas	tipo/descrição
independente	premiado DIAP	sim/não	variável categórica nominal: número de deputados premiados ou não pelo DIAP durante a 55ª. legislatura
	quantidade de premiações na legislatura	não premiado (0 prêmios); pouco premiado (1 ou 2 prêmios); muito premiado (3 ou 4 prêmios)	variável categórica ordinal: classificação dos casos de acordo com o número de prêmios do DIAP recebidos pelos deputados durante a 55ª. legislatura
dependente	escolhas de carreira	vereador; prefeito interior; prefeito capital; vice-prefeito; deputado estadual; governador; vice-governador; deputado federal; senador; suplente de senador; presidente; vice-presidente	variável categórica nominal: registra os cargos políticos para os quais os deputados federais eleitos em 2014 concorreram em 2016, 2018 e 2020
	sucesso eleitoral	eleito/não eleito	variável categórica nominal: indica o desfecho dos eventos em 2016, 2018 e 2020
	tipo de ambição política	discreta; regressiva; estática; progressiva	variável categórica nominal: classifica os tipos de ambição política em função do nível do cargo pretendido na hierarquia de cargos políticos no Brasil

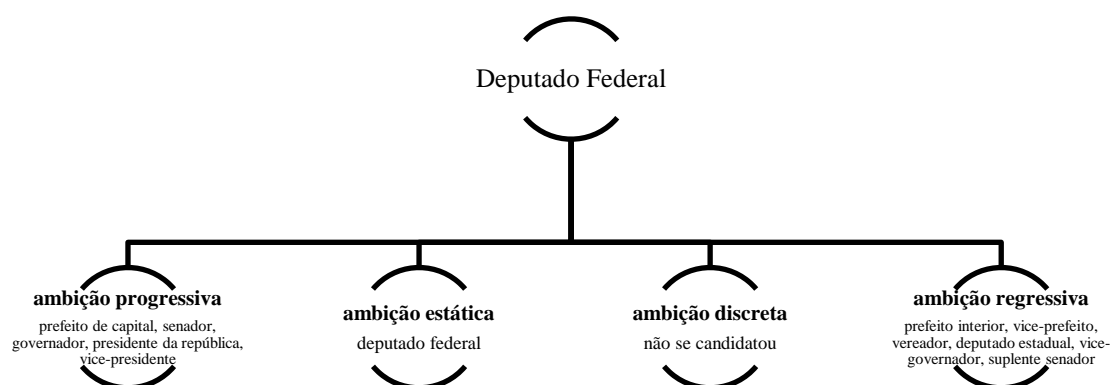
Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Duas variáveis do Quadro 1 precisam de explicações complementares. Para “quantidade de premiações na legislatura”, classificamos o universo de 513 deputados de acordo com o número de prêmios conquistados por cada um, sendo: não premiado = 0 prêmios; pouco premiado

= 1 ou 2 prêmios; muito premiado = 3 ou 4 prêmios.

A segunda variável é “tipo de ambição política”. Diante da complexidade da hierarquia dos cargos eletivos no sistema político brasileiro (BORCHERT, 2009, 2011; MIGUEL, 2003), utilizamos uma lógica que leva em consideração o nível de governo e o poder político potencial do cargo para estruturar essa hierarquia, como demonstra a Figura 1.

Figura 1 – Tipo de ambição política a partir do cargo de Deputado Federal de acordo com os movimentos de carreira



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A hierarquia formulada a partir do cargo de Deputado Federal leva em consideração os níveis de governo, sendo o nível federal o mais alto, seguido pelo estadual e pelo municipal. No Legislativo, somente o cargo de Senador será considerado como progressão de carreira em relação a Deputado Federal. Além disso, os cargos de primeiro escalão do Executivo estadual (governador) e municipal (quando capital de estado) também foram considerados como postos mais elevados, assim como no nível federal (presidente e vice-presidente da República). Cargos como suplência de senador, vice-governador e vice-prefeito, além do nível municipal no poder Legislativo ou Executivo de municípios do interior⁷, foram considerados como diminuição hierárquica em relação ao posto ocupado na Câmara dos Deputados (ambição regressiva).

Na seção seguinte, apresentamos os premiados e os movimentos de carreiras realizados pelos parlamentares analisados. Em um segundo momento, através do teste Qui-quadrado de independência testamos se há associação entre o capital político medido pelas premiações do DIAP e as ambições políticas apresentadas pelos parlamentares nas três eleições depois de 2014. Por fim, realizamos os cálculos de razão de chance e risco relativo, consideradas métricas que

⁷ Sabe-se que municípios classificados como “interior” podem possuir um alto número de eleitores, população e poder decisório, o que foi ignorado por ora nessa investigação.

estimam as chances e probabilidades de desfechos entre grupos, observando se existe efeito entre ser um parlamentar premiado pelo DIAP e sucesso nas urnas. O *p-valor* para rejeição da hipótese nula é 0,05.

4 Resultados e Discussão

4.1 Escolhas de carreira e direção da ambição política

Na Tabela 2 são apresentadas as frequências e porcentagens das premiações do DIAP a partir das variáveis elaboradas na investigação.

Tabela 2 – Totais dos deputados premiados e não premiados pelo DIAP na 55ª legislatura Cabeças do Congresso (DIAP) frequência percentual sobre 513

	frequência	percentual sobre 513
não premiados	426	83
premiados	87	17
pouco premiados (1-2)	40	7,8
muito premiados (3-4)	47	9,2

Fonte: Elaborado pelos autores com base em DIAP (2015, 2016, 2017, 2018).

Apenas 17% dos deputados da 55ª legislatura foram destacados pelo DIAP como “Cabeças”. A grande maioria dos parlamentares (83%) não foram considerados líderes com influência legislativa nesse período. 9,2% dos parlamentares receberam a premiação durante três ou quatro anos da legislatura, sendo classificados como “muito premiados”; 7,8% foram classificados como “Cabeças” em apenas um ou dois anos da legislatura, sendo “pouco premiados”.

Uma das formas de mensurar a importância do Legislativo para a classe política pode ser através das suas escolhas de carreiras. Na Tabela 3 apresentamos informações sobre a ambição política dos parlamentares da 55ª legislatura.

Tabela 3 – Tipo de ambição política dos deputados federais eleitos em 2014 nas eleições subsequentes (2016, 2018, 2020)

variável	frequência	(%)	sucesso eleitoral	(%)
Eleições municipais de 2016	73	14,2	18	3,5
Ambição discreta	440	85,8		
Ambição regressiva	45	8,8	17	37,8
Ambição progressiva	28	5,5	1	3,6
Eleições gerais de 2018	454	88,5	270	52,6
Ambição discreta	59	11,5		

Ambição regressiva	26	5,1	12	46,2
Ambição estática	378	73,7	241	63,8
Ambição progressiva	50	9,7	17	34
Eleições municipais de 2020	82	16,2	30	5,8
Ambição discreta	430	83,8		
Ambição regressiva	54	10,5	26	48,1
Ambição progressiva	29	5,7	5	17,2

Fonte: Elaborado pelos autores com base em TSE (2016, 2018, 2020).

Os dados de escolhas de carreira revelam alguns padrões. Nas eleições municipais (2016 e 2020) a escolha estratégica da maioria dos deputados federais é não disputar (mais de 80%). Em 2018, momento decisivo para a renovação dos mandatos dos eleitos em 2014, 88,5% dos parlamentares competem eleitoralmente.

Em 2016, 14,2% dos deputados federais escolhem arriscar uma candidatura no nível municipal, sendo que 8,8% demonstram ambição regressiva, alcançando sucesso eleitoral em 37,8% dessas candidaturas. Já 5,5% das candidaturas são classificadas como ambição progressiva, com sucesso eleitoral de 3,6%.

Nas eleições gerais de 2018, momento no qual se encerram os mandatos da 55ª legislatura, é perceptível a busca dos parlamentares pela manutenção da carreira, o que leva a apenas 11,5% do grupo analisado a não disputar eleição. Com isso, a ambição estática (reeleição) é registrada em 73,7% dos casos, com sucesso eleitoral relativamente alto, de 63,8%, números aproximados aos já identificados na literatura para outras disputas (PEREIRA; RENNÓ, 2013; SANTOS; PEGURIER, 2011). Diferentemente das eleições municipais, nas eleições gerais a ambição progressiva aparece em 9,7% das escolhas e 34% dos deputados têm sucesso. Já a ambição regressiva é registrada em 5,1% das decisões de carreira, alcançando sucesso eleitoral em 46,2% dos casos.

Nas eleições de 2020, a opção majoritária dos parlamentares é não competir (83,8%) e a ambição regressiva é 10,5% das escolhas de carreira, com sucesso eleitoral em quase metade dessas candidaturas (48,1%). Já ambição progressiva é registrada em 5,7% das escolhas, com sucesso eleitoral em 17,2%, indicando resultados superiores àqueles conquistados nas eleições de 2016, o que pode ser justificado pelo próprio final da legislatura encerrada em 2018, mas também pelas tentativas de reeleição daqueles vitoriosos em 2016.

É possível perceber diferentes dinâmicas em escolhas de carreiras quando os atores são confrontados com oportunidades em eleições gerais e municipais. Em eleições municipais, o sistema político oferece um leque de opções bem menor (prefeito, vice-prefeito e vereador) e isso pode significar um rebaixamento na carreira (por exemplo, deixar a Câmara dos Deputados para ocupar a vereança ou o Executivo de um município pouco representativo). Além disso, para

disputar um cargo do Executivo os deputados passam por uma eleição majoritária, sendo o sistema eleitoral um fator importante a ser considerado na competitividade e nas chances de sucesso.

Nas eleições gerais, além do incentivo institucional do final do mandato, o que na política pode ser sinônimo do “desemprego”, os parlamentares possuem uma variedade maior de escolhas e, para além da opção de reeleição, podem descer para o cargo de deputado estadual ou ainda preferir postos de menor expressão, como vice-governador ou suplente de senador. Além disso, existem as alternativas de progressão de carreira, como senador, governador, vice-presidente e presidente da República. Esses cargos, contudo, são mais competitivos, as eleições são majoritárias e os custos de campanha tendem a ser mais altos.

Os dados apresentados na Tabela 3 reforçam a constatação de que a principal escolha de carreira dos deputados federais é pela permanência na Câmara dos Deputados.

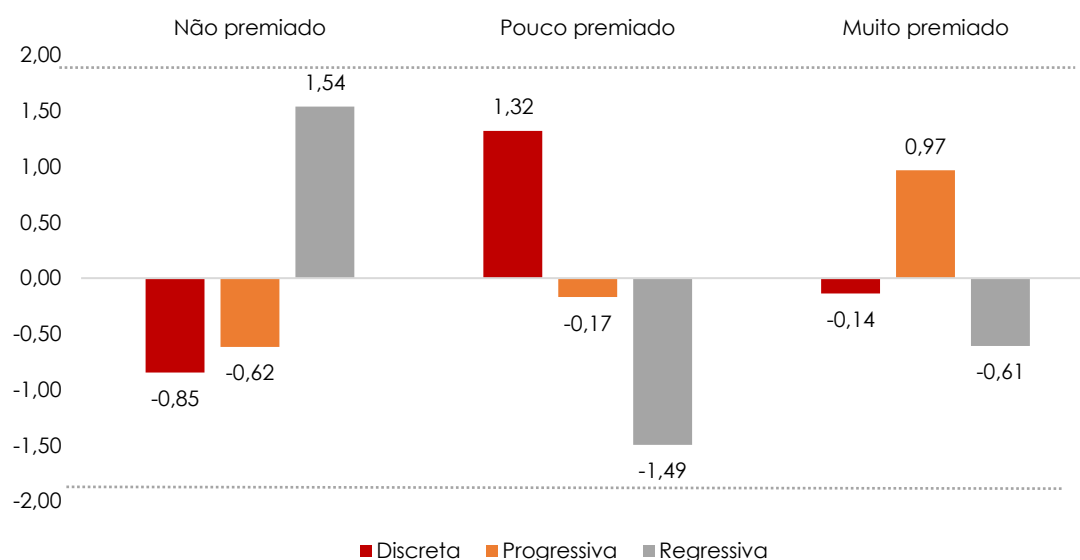
4.2 Escolhas de carreira e capital político acumulado na legislatura

Os Gráficos 1, 2 e 3 analisam o efeito das premiações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar nas escolhas de carreira dos parlamentares federais e revelam se existe ou não associação entre a atuação destacada dos parlamentares no trabalho legislativo na Câmara dos Deputados e suas pretensões futuras na carreira política.

No Gráfico 1 observamos o resultado do teste de associação entre o capital político medido pela premiação do DIAP e as ambições políticas dos deputados em 2016.

Os valores são representados em resíduos padronizados ajustados. Resíduos padronizados são uma indicação de que os valores encontrados excedem os valores esperados, positiva ou negativamente. Ou seja, dada uma distribuição probabilística ideal, o resíduo padrão denota o dado que foge à probabilidade esperada estatisticamente, para mais ou para menos na distribuição. Aqui os resíduos com valores acima de 1,96 ou abaixo de -1,96 indicam que há concentração de determinados grupos além da expectativa estatística quando o intervalo de confiança é de 95% (PESTANA; GAGEIRO, 2008).

Gráfico 1 – Associação entre o tipo de ambição política e o capital político (eleições municipais de 2016)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em TSE (eleições) e DIAP (2015, 2016, 2017 e 2018).

Nota.: O teste de qui-quadrado de independência mostrou que não há associação entre tipo de ambição e capital político nas eleições de 2016 [$X^2(4) = 3,689$; $p < 0,450$]. As linhas pontilhadas indicam o limiar de 1,96 e -1,96.

Eleições municipais em meio de mandato podem trazer benefícios para a reeleição na Câmara dos Deputado, pois podem aumentar a visibilidade dos parlamentares durante as campanhas (GRAÇA; SOUZA, 2014). Contudo, o Gráfico 1 evidencia que não existiu associação entre a ambição em 2016 e capital político acumulado. Como observado anteriormente (Tabela 3), as eleições municipais de 2016 são preteridas ou não foram privilegiadas na estratégia de sobrevivência política dos parlamentares, não sendo alvo de um número significativo candidaturas. Em pesquisa anterior, Pinto (2012) revelou que apenas 20% de deputados federais concorrem ao cargo de prefeito em meio de mandato.

Na Tabela 4 apresentamos a estimativa de risco para deputados premiados ou não durante a 55ª legislatura na competição eleitoral de 2016, expondo a razão de chance (*odds ratio*) e o risco relativo para sucesso nessa oportunidade.

Tabela 4 – Estimativa de risco eleitoral para deputados premiados e não premiados nas eleições municipais de 2016

	Valor	Intervalo de confiança 95%	
		Inferior	Superior
<i>Odds Ratio</i> para Premiado (Não / Sim)	3,326	,391	28,258
para coorte Sucesso eleitoral 2016 = Eleito	2,698	,402	18,100
para coorte Sucesso eleitoral 2016 = Não eleito	,811	,628	1,047
N de Casos Válidos	73		

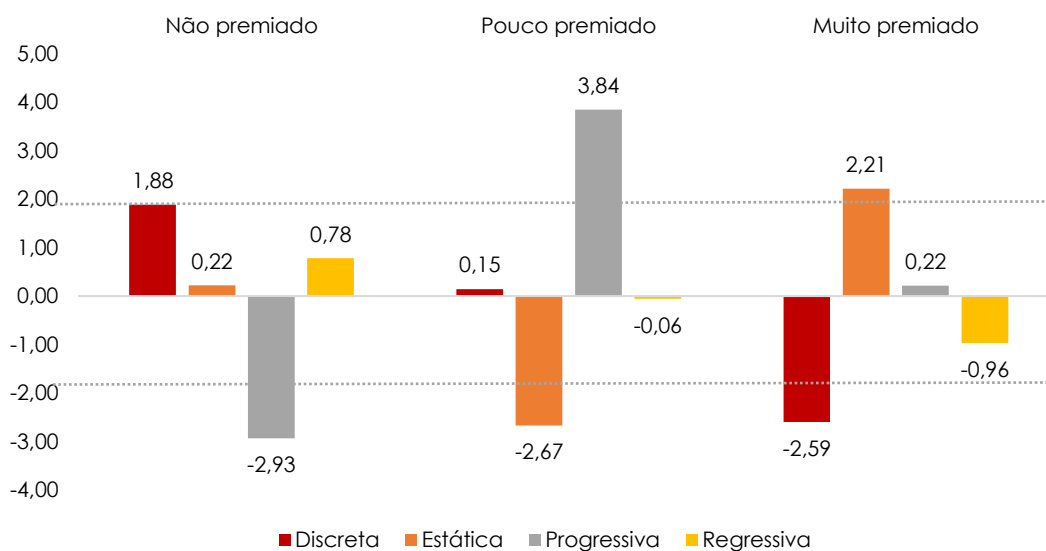
Fonte: Elaborado pelos autores com base em TSE (2016) e DIAP (2015, 2016, 2017 e 2018).

Nota.: O teste de qui-quadrado de independência mostrou que não há associação entre premiados e sucesso eleitoral em 2016 [$X^2(1) = 1,340$; $p < 0,247$].

Os resultados revelam que não existe associação entre receber a premiação do DIAP e sucesso eleitoral em 2016. Além disso, a chance de ser eleito(a) dos não premiados é, paradoxalmente, 3,3 vezes maior do que a dos premiados, assim como o risco relativo é menor que 1, indicando uma diminuição nessa probabilidade. A explicação para isso são possivelmente as escolhas de carreira dos indivíduos não premiados: optou-se em maior número por cargos de menor status político (ambição regressiva). Dessa maneira, tal cálculo indica a primeira pista relacionada à inexistência de efeito da premiação do DIAP para além do ambiente interno da Câmara dos Deputados, não sendo um fator que explicaria desempenhos eleitorais melhores, ao menos dentre os parlamentares analisados.

No Gráfico 2, testamos a existência ou não de associação entre o capital político e a ambição política nas eleições de 2018, momento decisivo para o grupo de deputados analisados. Os resultados desse teste mostram que há associação entre o capital político medido através das premiações e os tipos de ambição política.

Gráfico 2 – Associação entre o tipo de ambição política e o capital político (eleições gerais de 2018)



Fonte: Autores com base em TSE (eleições) e DIAP (2015, 2016, 2017 e 2018).

Nota.: O teste de qui-quadrado de independência mostrou que há associação entre tipo de ambição e capital político nas eleições de 2018 [$\chi^2(6) = 23,401$; $p < 0,001$]. As linhas pontilhadas indicam o limiar de 1,96 e -1,96.

Destacamos a associação negativa (-2,93) relacionada a parlamentares “não premiados” pelo DIAP e ambição progressiva, apontando uma baixa tendência de parlamentares com baixo destaque na Câmara dos Deputados em lançar-se em candidaturas para cargos maiores do que deputado federal. Deputados “pouco premiados” estão mais associados com ambição progressiva (resíduo de 3,84) e associação negativa com ambição estática, como se vê na barra laranja (reeleição para a mesma posição ocupada no momento). Por sua vez, parlamentares “muito

premiados” apresentam associação negativa com ambição discreta (-2,59), ao passo que possuem associação positiva (2,21) com ambição estática, permitindo aferir que aqueles que acumularam mais prêmios do DIAP na 55ª legislatura foram os que mais tentaram permanecer na Câmara dos Deputados.

Parlamentares com baixo capital político, i.e., não premiados como “Cabeças” do Congresso, não apresentaram ambição estática significativa, ao passo que o grupo dos “muito premiados” se destaca pela busca em permanecer no Legislativo, ao menos na legislatura examinada. Esses dados contrariam as conclusões de Samuels (2003) segundo as quais a Câmara dos Deputados não atrairia parlamentares “pesos-pesados” e, conseqüentemente, com boas condições de pleitear cargos mais altos. Apesar de não possuir significância estatística (resíduos de 0,78) nesse caso específico, ambição regressiva poderia, teoricamente, estar mais associada a parlamentares não premiados, sendo esse um indicativo da detenção de pouco capital político e, assim, da escolha por descer na hierarquia a fim de sobreviver eleitoralmente (LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003). No caso das eleições gerais de 2018, não foi isso que encontramos.

Considerando que nas eleições municipais anteriormente analisadas a premiação do DIAP não influenciou no sucesso eleitoral, na Tabela 5 apresentamos a estimativa de risco para o êxito dos parlamentares nas eleições de 2018. Nessa disputa estão em jogo os mandatos na própria Câmara dos Deputados, o que poderia comprovar quais seriam os efeitos do capital político medido pela distinção do DIAP sobre o desempenho eleitoral.

Tabela 5 Estimativa de risco eleitoral para deputados premiados e não premiados nas eleições gerais de 2018

	Valor	Intervalo de confiança 95%	
		Inferior	Superior
<i>Odds Ratio</i> para Premiado (Não / Sim)	,817	,498	1,339
para coorte Sucesso eleitoral 2018 = Eleito	,924	,768	1,112
para coorte Sucesso eleitoral 2018 = Não eleito	1,132	,830	1,542
N de Casos Válidos	454		

Fonte: Elaborado pelos autores com base em TSE (2018) e DIAP (2015, 2016, 2017 e 2018).

Nota: O teste qui-quadrado de independência mostrou que **não** há associação entre premiados e sucesso eleitoral em 2018 [$X^2(1) = 0,646$; $p < 0,422$].

O teste Qui-quadrado não apresentou associação entre premiação e sucesso eleitoral em 2018. No entanto, notamos que a *odds ratio* dos não premiados passa a ser menor que 1, indicando que a chance desse grupo ser eleito diminuiu. Apesar do risco relativo ser 1,1 (um número considerado baixo para essa estatística onde $RR > 1$ significa aumento do desfecho), o cálculo sugere maiores riscos eleitorais nas eleições de 2018 para aqueles não premiados. Logo, não é possível afirmar que o capital político acumulado graças aos prêmios conferidos pelo DIAP atrela-

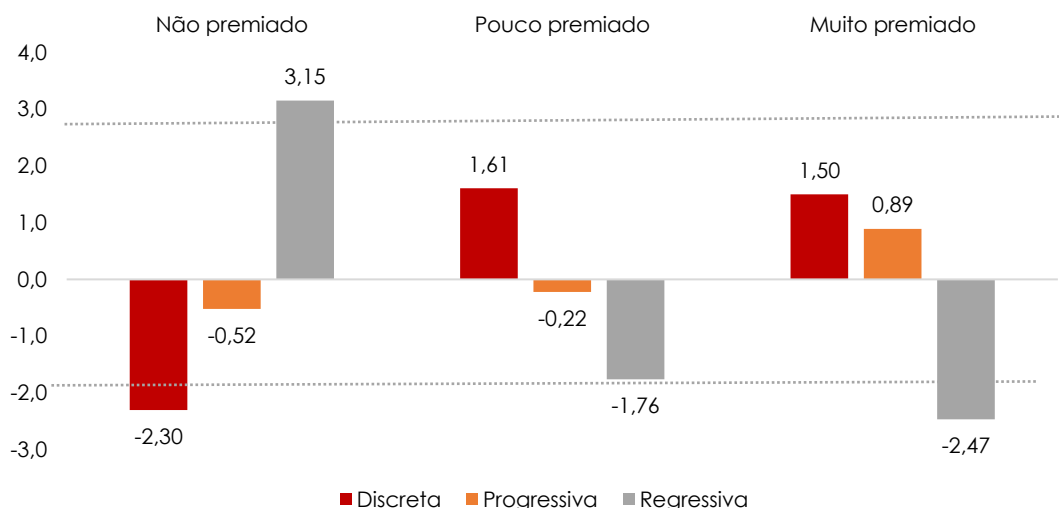
se ao sucesso eleitoral em 2018. Porém, as evidências demonstram que aquele(a)s não premiados correram mais riscos de fracassos eleitorais.

Diferentemente dos resultados encontrados na primeira eleição municipal analisada (2016), o Gráfico 3 demonstra que em 2020 há associação entre capital político e ambição política.

Verificou-se associação entre parlamentares “não premiados” e ambição regressiva (resíduos padronizados ajustados de 3,15). Deputados com baixo capital político na Câmara dos Deputados, são mais propícios a descer na hierarquia política e tentar saltar para um cargo municipal, o que pode representar para eles a manutenção ou uma melhoria da carreira política. Também há associação negativa entre esse grupo de deputados e ambição discreta (-2,3).

No grupo dos “muito premiados” (aqueles 47 indivíduos com 3 ou 4 prêmios na legislatura), verifica-se uma associação negativa com ambição regressiva: esses parlamentares não tendem, em sua maioria, a disputarem cargos mais baixos na hierarquia política do que o de Deputado Federal quando as disputas são municipais.

Gráfico 3 — Associação entre o tipo de ambição política e o capital político (eleições municipais de 2020)



Fonte: Elaborado pelos autores com base em TSE (eleições) e DIAP (2015, 2016, 2017 e 2018).

Nota: O teste de qui-quadrado de independência mostrou que há associação entre tipo de ambição e capital político nas eleições de 2020 [$X^2(4) = 10,648$; $p < 0,031$]. As linhas pontilhadas indicam o limiar de 1,96 e -1,96.

Sabendo da inexistência de associação entre premiação do DIAP e sucesso eleitoral, na Tabela 6 expomos os resultados da estimativa de risco para esse grupo na eleição municipal de 2020.

Tabela 6 – Estimativa de risco eleitoral para deputados premiados e não premiados nas eleições municipais de 2020

	Valor	Intervalo de confiança 95%	
		Inferior	Superior
<i>Odds Ratio</i> para Premiado (Não / Sim)	1,543	,281	8,477
para coorte Sucesso eleitoral 2020 = Eleito	1,336	,400	4,460
para coorte Sucesso eleitoral 2020 = Não eleito	,866	,525	1,428
N de Casos Válidos	83		

Fonte: Elaborado pelos autores com base em TSE (2020) e DIAP (2015, 2016, 2017 e 2018).

Nota: O teste de qui-quadrado de independência mostrou que não há associação entre premiados e sucesso eleitoral em 2020 [$X^2(1) = 0,252$; $p < 0,616$]

Os resultados da estimativa de risco assemelham-se aos resultados encontrados nas eleições de 2016. Mais uma vez, a chance dos não premiados serem eleitos se mostra 1,5 vezes maior que a dos premiados. Além disso, esse grupo tem risco menor de fracassar nesse pleito que aquele(a)s dos premiados. Assim como em 2016, é reduzido o número de deputados federais que se lançam nas eleições municipais. Nas eleições de 2020, os não premiados estão associados com a ambição regressiva, o que traz uma pista para as chances de maior sucesso do que a do grupo dos premiados.

5 Conclusões

A investigação pretendeu compreender os efeitos político-eleitorais de pertencer à lista dos “Cabeças” do Congresso do DIAP entre 2015 e 2018 e os tipos de ambições políticas, assim como as chances de sucesso eleitoral dos deputados federais eleitos para a 55^a legislatura. Buscamos responder se o capital político acumulado graças ao trabalho interno na Câmara dos Deputados – mensurado indiretamente pelo mapeamento do DIAP – teve impacto no tipo de ambição e nos desfechos eleitorais em 2016, 2018 e 2020.

Observamos que o efeito de ser influente na Câmara dos Deputados não esteve associado com os tipos de ambições na eleição municipal de 2016 (discreta, progressiva ou regressiva). Nesse caso, mesmo sem significância estatística, observamos que os não premiados optam em maior número por descer na hierarquia política, o que explica, por sua vez, as razões de chances maiores de serem eleitos. Já nas eleições municipais de 2020, observamos associação positiva entre o grupo de parlamentares não premiados pelo DIAP e ambição regressiva, assim como a associação negativa entre ambição em ser prefeito ou vereador e o grupo de deputados muito premiados, demonstrando algum impacto desse capital político nas ambições futuras.

Nas eleições de 2018, existe associação entre os “Cabeças” do Congresso e suas ambições políticas. Parlamentares considerados influentes, mas com apenas uma ou duas distinções (pouco premiados) tendem mais do que os outros a buscar cargos mais altos e os muito influentes ou

muito premiados a optar por reeleição. Ambos os grupos não possuem associação com ambição discreta. Já os parlamentares não premiados não estão, em sua maioria, no grupo de políticos com ambição progressiva, i.e., buscando cargos mais altos.

Essas evidências abrem espaço para argumentarmos que o efeito reputacional atrelado à condição de destaque na Câmara dos Deputados tem incentivos nas escolhas de carreiras dos parlamentares investigados. De alguma maneira, isso permite medirmos uma preferência pela estabilidade no cargo por parte dos muito premiados apontando para carreirismo e profissionalização. Mas também é possível interpretar a escolha por ambição progressiva dos pouco premiados como o incentivo necessário para que almejassem candidaturas para cargos mais elevados.

Sobre os efeitos desse tipo de capital político e o desfecho das urnas, não foram observadas associações. Entretanto, a razão de chance para parlamentares não influentes em 2016 e 2020 se mostra positiva, o que pode ser explicado pelo número de parlamentares que lançam candidaturas e pelas escolhas por ambição regressiva. Já nas eleições de 2018, o cálculo de risco relativo indicou um risco maior de fracasso eleitoral para parlamentares não premiados, sinalizando baixa probabilidade de sucesso dessas candidaturas.

Dessa maneira, se confirmou apenas parcialmente a H1 da pesquisa, que supunha a existência de associação entre ser um dos “Cabeças” do Congresso Nacional (ou ter alto capital político) e ambição progressiva, visto que identificamos associação entre as escolhas de carreira futura dos parlamentares influentes (pouco premiados ou muito premiados) nas eleições de 2018 e 2020. Porém, rejeita-se a H2 da pesquisa, visto que não existe associação entre o capital político medido pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar e as chances de sucesso eleitoral nas disputas subsequentes.

Referências

BERRY, William D; BERKMAN, Michael B; SCHNEIDERMAN, Stuart. Legislative Professionalism and Incumbent Reelection: The Development of Institutional Boundaries. **American Political Science Review**, v. 94, n. 4, p. 859–874, dez. 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2586212>.

BLACK, Gordon S. A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives. **The American Political Science Review**, v. 66, n. 1, p. 144–159, 1972. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.2307/1959283>. Acesso em: 14 ago. 2012.

BORCHERT, Jens. **Ambition and Opportunity in Federal Systems: The Political Sociology of Political Career Patterns in Brazil, Germany, and the United States**. 2009, Toronto, Canada: American Political Science Association, 2009. p. 1–21. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1450640.

BORCHERT, Jens. Individual Ambition and Institutional Opportunity: A Conceptual Approach to Political Careers in Multi-level Systems. **Regional & Federal Studies**, v. 21, n. 2, p. 117–140, 2011. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13597566.2011.529757>. Acesso em: 18 out. 2012.

- CARSON, Jamie L; JENKINS, Jeffery A. Examining the Electoral Connection Across Time. **Annual Review of Political Science**, v. 14, n. 1, p. 25–46, 15 jun. 2011. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-polisci-030310-221852>.
- COOPER, Joseph; BRADY, David W. Toward a Diachronic Analysis of Congress. **American Political Science Review**, v. 75, n. 4, p. 988–1006, 1 dez. 1981. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1962298>. Acesso em: 21 mar. 2014.
- CORRÊA, Filipe Souza. **O que fazer para sobreviver politicamente?** Padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política). 152 f. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Belo Horizonte - MG, Brasil, 2016. 152 f. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-ARNG5H>.
- COSTA, Diarlison Lucas Silva da. **Análise multinível dos padrões de carreiras dos deputados federais brasileiros (2010-2014)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). 2018. 109 f. Universidade Federal do Piauí. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Teresina, PI, Brasil, 109 f. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/1469>.
- DIAP. **Os “cabeças” do Congresso Nacional**: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes (2015). 22. ed. Brasília: DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2015. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/send/9-os-cabecas-do-congresso-nacional/277-os-cabecas-do-congresso-nacional-ano-2015>.
- DIAP. **Os “Cabeças” do Congresso Nacional**: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes (2016). 23. ed. Brasília, DF: DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2016. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/send/9-os-cabecas-do-congresso-nacional/278-os-cabecas-do-congresso-nacional-ano-2016>.
- DIAP. **Os “Cabeças” do Congresso Nacional**: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes (2017). 24. ed. Brasília, DF: DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2017. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/send/9-os-cabecas-do-congresso-nacional/279-os-cabecas-do-congresso-nacional-ano-2017>.
- DIAP. **Os “Cabeças” do Congresso Nacional**: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes (2018). 25. ed. Brasília, DF: DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2018. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/send/9-os-cabecas-do-congresso-nacional/964-os-cabecas-do-congresso-nacional-ano-2018>.
- DIAP. **Os “Cabeças” do Congresso Nacional**: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes (2020). 27. ed. Brasília, DF: DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2020. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/send/9-os-cabecas-do-congresso-nacional/967-os-cabecas-do-congresso-nacional-ano-2020>.
- FIORINA, Morris P. **Congress: Keystone of the Washington Establishment**. 2. ed. London: Yale University Press, 1989.
- GRAÇA, Luís Felipe Guedes Da; SOUZA, Cíntia Pinheiro Ribeiro De. Uso estratégico de eleições alternadas? Efeitos da candidatura para prefeito sobre a votação dos concorrentes ao cargo de deputado federal no Brasil. **Opinião Pública**, v. 20, n. 3, p. 326–345, out. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762014000300326&lng=pt&nrm=iso&tlng=en.
- HIBBING, John R. Contours of the Modern Congressional Career. **American Political Science Review**, v. 85, n. 2, p. 405–428, 1 jun. 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.2307/1963167>. Acesso em: 17 ago. 2013.
- LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, v. 9, n. 1, p. 44–67, maio 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 jul. 2012.

- LIMA, Albany Ferreira et al. A carreira dos desviantes: ambição política e nível de profissionalização da Câmara dos Deputados. **E-Legis**, v. 11, n. 26, p. 82–108, 16 ago. 2018. Disponível em: <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/402>.
- LIMA, Iana Alves de. **Carreiras e ambição política em sistemas multinível**: um estudo de caso da circulação política no Brasil (1995–2015). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília. Instituto de Ciência Política., Brasília - DF, Brazil, 2017. 112f. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24658>.
- MANCUSO, Wagner Pralon et al. Determinantes dos padrões de carreira política dos deputados federais paulistas entre as legislaturas 49^a (1991–1995) e 53^a (2007–2011). **Opinião Pública**, v. 19, n. 2, p. 430–448, nov. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-6276/2013000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 27 jan. 2014.
- MAYHEW, David R. **Congress: The Electoral Connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.
- MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 115–134, jun. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-4478/2003000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 jul. 2012.
- OPELLO, Walter C. Portugal's Parliament: An Organizational Analysis of Legislative Performance. **Legislative Studies Quarterly**, v. 11, n. 3, p. 291, ago. 1986. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.2307/439839>.
- PEGURIER, Fabiano José Horcades. **Carreiras políticas e a Câmara de Deputados brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009. 125f.
- PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 44, n. 2, p. 133–172, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-5258/2001000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 7 ago. 2013.
- PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, p. 664–683, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3157/2007000400010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 7 ago. 2013.
- PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. Should I stay or should I go? Explaining Political Ambition by Electoral Success. **Journal of Politics in Latin America**, v. 5, n. 3, p. 73–95, 2013. Disponível em: <https://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/jpla/article/view/687.html>.
- PESTANA, Maria Helena; GAGEIRO, João Nunes. **Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. 5. ed. Lisboa: Sílabo, 2008.
- PINTO, Simone Cuber Araújo. Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil. 2012, Caxambu (MG): 36°. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). Caxambu 7 a 11 de outubro de 2012. p. 1–37. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-36-encontro/gt-2/gt10-2/7959-os-poderes-executivo-e-legislativo-na-definicao-das-carreiras-politicas-no-brasil/file>.
- ROHDE, David W. Risk-Bearing and Progressive Ambition: The Case of Members of the United States House of Representatives. **American Journal of Political Science**, v. 23, n. 1, p. 1–26, fev. 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2110769>.
- SAMUELS, David. **Ambition, Federalism and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

- SANTANA, Luciana. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Teoria & Sociedade**, v. 16, p. 130–155, 2008. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~revistasociedade/edicoes/artigos/16_2/PERFIL_TRAJETORIAS_E_AMBICAO_POLITICA.pdf. Acesso em: 22 abr. 2012.
- SANTOS, Fabiano. Câmara dos Deputados e a estrutura de oportunidades políticas no Brasil: alguns apontamentos acerca das eleições de 2010. **Cadernos Aslegis**, n. 40, p. 109–126, 2010.
- SANTOS, Fabiano. Recruitment and Retention of Legislators in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 24, n. 2, p. 209–237, maio 1999.
- SANTOS, Fabiano; PEGURIER, Fabiano. Political Careers in Brazil: Long-term Trends and Cross-sectional Variation. **Regional & Federal Studies**, Political Careers in Brazil: Long-term Trends and Cross-sectional Variation - Santos, Fabiano G. M.; Pegurier, Fabiano J. H., v. 21, n. 2, p. 165–183, maio 2011. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13597566.2011.529759>. Acesso em: 12 fev. 2013.
- SCHLESINGER, Joseph A. **Ambition and Politics: Political Careers in the United States**. Chicago: Rand McNally, 1966.
- SILVA-JÚNIOR, José Alexandre da et al. Entre o trampolim e a ascensão: reeleição parlamentar no Brasil (1990-2014). **Teoria e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 61–90, 2019. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/704/422>.

Artigo recebido em: 2021-06-29

Artigo reapresentado em: 2021-08-26

Artigo aceito para publicação em: 2021-09-14